

Título	Uma nova arquitetura de mercado para o setor elétrico brasileiro
Veículo	Canal Energia
Data	08 dezembro 2015
Autores	Claudio J. D. Sales e Richard Lee Hochstetler



Claudio Sales e Richard Lee Hochstetler, do Acende Brasil: Uma nova arquitetura de mercado para o setor elétrico brasileiro

Dois conjuntos de problemas estão na raiz da crise atual do setor. O primeiro é a falta de robustez para lidar com períodos de estresse como o atual, e o segundo é a perda de coerência interna

Claudio Sales e Richard Lee Hochstetler, do Acende Brasil, Artigos e Entrevistas
08/12/2015 - 09:36h

Faz vinte anos que o Brasil tomou a decisão de estabelecer um mercado de energia elétrica. Apesar das reformulações do mercado de energia e de seus contínuos pequenos ajustes, constatamos que o setor ainda não alcançou um arranjo satisfatório. O setor novamente se encontra em profunda crise e, o que é mais desalentador, não há clareza quanto ao caminho a ser trilhado para resolver os problemas que afligem os consumidores de energia, os agentes do setor e, por que não dizer, os próprios formuladores de políticas públicas.

Dois conjuntos de problemas estão na raiz da crise atual do setor. O primeiro é a falta de robustez para lidar com períodos de estresse como o atual, e o segundo é a perda de coerência interna.

Falta de robustez para lidar com períodos de estresse

As sequelas da crise atual são tão severas quanto às da crise do racionamento de 2001-2. Desta vez, evitou-se o racionamento, mas a um altíssimo custo que acabou redundando no acúmulo de passivos a serem pagos nos próximos anos e na elevação de tarifas em mais de 50% – incremento muito maior do que aquele que resultou do Acordo Geral do Setor Elétrico estabelecido em 2002 para recompor parte dos prejuízos associados ao racionamento. Também se observa a inoperância do Mercado de Curto Prazo: a liquidação de diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) foi suspensa devido à enxurrada de liminares. Além disso, os passivos relacionados ao “risco hidrológico” continuam em litígio na justiça.

Tudo isso demonstra que, embora tenha-se contornado o racionamento (pelo menos até o momento), essa crise conturbou o ambiente institucional tanto quanto a crise de 2001-2, levando-o à paralisia. Fica claro que o marco regulatório atual ainda não é suficientemente robusto para suportar o estresse ocasionado por períodos de escassez hídrica e de atrasos de obras.

Não é fácil estabelecer um mercado capaz de suportar as infrequentes, mas profundas, crises de suprimento resultantes da ocorrência de estiagens prolongadas. Não se trata de um risco idiossincrático (daqueles que se pode resolver pela dispersão do risco entre os agentes) como se faz no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) ou nas concessões hidrelétricas no regime de cotas, por exemplo. Trata-se de um risco sistêmico que atinge todos os agentes ao mesmo tempo, o que requer o aprimoramento da gestão de risco, cuja solução passa por oferecer aos agentes mais ferramentas para gerir os riscos pelos quais são responsáveis. Pouco adianta atribuir riscos a um agente que não dispõe das ferramentas necessárias para mitigá-lo.

Também é preciso implantar mecanismos de autocorreção que promovam os ajustes necessários para a nova realidade que se impõe devido às novas características do setor, entre as quais pode-se destacar as seguintes: mudanças na matriz elétrica, atraso de obras, alterações estruturais na hidrologia e novo perfil de comportamento da carga.

Perda de coerência interna

Outro conjunto de problemas que afligem o setor são as incongruências do marco regulatório. Nos fóruns de discussão do setor elétrico ouve-se cada vez mais pessoas dizendo que o modelo está "disfuncional". Parte dessa sensação surge da crise momentânea que dissipar-se-á com o fim da estiagem, mas parte é estrutural e resultante da crescente dissonância entre os comandos do marco regulatório.

Estabelecer um marco regulatório coeso não é trivial, pois a operação do sistema elétrico requer a coordenação da atuação de centenas de agentes, cada qual com uma série de restrições e interdependências. É por isso que mudanças regulatórias buscando resolver um determinado problema frequentemente ocasionam impactos inesperados sobre outros agentes.

Ao longo dos anos o modelo setorial foi sofrendo seguidos "remendos" para solucionar questões pontuais, mas que acabam tendo efeitos colaterais que distorcem os incentivos dos agentes. Por menores que sejam tais distorções, o efeito acumulado dos múltiplos remendos acaba provocando danos severos no longo prazo.

É por isso que torna-se necessário repensar o mercado de energia elétrica como um todo, buscando restabelecer sua coerência interna a fim de definir uma nova arquitetura que possa lidar melhor com os riscos intrínsecos à atividade.

Com essa visão, a EDF, a EDP e a Energisa decidiram investir em um projeto de pesquisa e desenvolvimento para repensar a arquitetura de mercado do setor elétrico. Iniciado há cerca de um ano, o projeto "Arquitetura de mercado para a comercialização de energia elétrica no Brasil: análise, simulações e propostas" busca aprimorar a coordenação entre os agentes para otimizar a expansão e a operação do sistema elétrico. Como o nome já diz, o foco do projeto é como melhorar o funcionamento do mercado de energia elétrica por meio do aprimoramento dos mecanismos de mercado utilizados.

O projeto está sendo executado por pesquisadores do Instituto Acende Brasil em parceria com diversos profissionais do setor e professores de renomadas universidades.

Na mesma linha, recentemente surgiu a discussão, em vários fóruns do setor, sobre a possibilidade de se promover uma chamada da Aneel para realização de projeto de pesquisa e desenvolvimento estratégico para avaliar eventuais aperfeiçoamentos do atual modelo setorial. É mais um sinal de que se trata de uma questão muito ampla e de suma relevância para o setor elétrico brasileiro. Está na hora de tratá-lo com profundidade.

A atual crise traz à tona a necessidade de uma reflexão sistêmica do modelo setorial a fim de torná-lo mais robusto coeso, previsível e estável.

Claudio J. D. Sales e Richard Lee Hochstetler são do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)

Faz vinte anos que o Brasil tomou a decisão de estabelecer um mercado de energia elétrica. Apesar das reformulações do mercado de energia e de seus contínuos pequenos ajustes, constatamos que o setor ainda não alcançou um arranjo satisfatório. O setor novamente se encontra em profunda crise e, o que é mais desalentador, não há clareza quanto ao caminho a ser trilhado para resolver os problemas que afligem os consumidores de energia, os agentes do setor e, por que não dizer, os próprios formuladores de políticas públicas.

Dois conjuntos de problemas estão na raiz da crise atual do setor. O primeiro é a falta de robustez para lidar com períodos de estresse como o atual, e o segundo é a perda de coerência interna.

Falta de robustez para lidar com períodos de estresse

As sequelas da crise atual são tão severas quanto às da crise do racionamento de 2001-2. Desta vez, evitou-se o racionamento, mas a um altíssimo custo que acabou redundando no acúmulo de passivos a serem pagos nos próximos anos e na elevação de tarifas em mais de 50% – incremento muito maior do que aquele que resultou do Acordo Geral do Setor Elétrico estabelecido em 2002 para recompor parte dos prejuízos associados ao racionamento. Também se observa a inoperância do Mercado de Curto Prazo: a liquidação de diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) foi suspensa devido à enxurrada de liminares. Além disso, os passivos relacionados ao "risco hidrológico" continuam em litígio na justiça.

Tudo isso demonstra que, embora tenha-se contornado o racionamento (pelo menos até o momento), essa crise conturbou o ambiente institucional tanto quanto a crise de

2001-2, levando-o à paralisia. Fica claro que o marco regulatório atual ainda não é suficientemente robusto para suportar o estresse ocasionado por períodos de escassez hídrica e de atrasos de obras.

Não é fácil estabelecer um mercado capaz de suportar as infrequentes, mas profundas, crises de suprimento resultantes da ocorrência de estiagens prolongadas. Não se trata de um risco idiossincrático (daqueles que se pode resolver pela dispersão do risco entre os agentes) como se faz no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) ou nas concessões hidrelétricas no regime de cotas, por exemplo. Trata-se de um risco sistêmico que atinge todos os agentes ao mesmo tempo, o que requer o aprimoramento da gestão de risco, cuja solução passa por oferecer aos agentes mais ferramentas para gerir os riscos pelos quais são responsáveis. Pouco adianta atribuir riscos a um agente que não dispõe das ferramentas necessárias para mitigá-lo.

Também é preciso implantar mecanismos de autocorreção que promovam os ajustes necessários para a nova realidade que se impõe devido às novas características do setor, entre as quais pode-se destacar as seguintes: mudanças na matriz elétrica, atraso de obras, alterações estruturais na hidrologia e novo perfil de comportamento da carga.

Perda de coerência interna

Outro conjunto de problemas que afligem o setor são as incongruências do marco regulatório. Nos fóruns de discussão do setor elétrico ouve-se cada vez mais pessoas dizendo que o modelo está “disfuncional”. Parte dessa sensação surge da crise momentânea que dissipar-se-á com o fim da estiagem, mas parte é estrutural e resultante da crescente dissonância entre os comandos do marco regulatório.

Estabelecer um marco regulatório coeso não é trivial, pois a operação do sistema elétrico requer a coordenação da atuação de centenas de agentes, cada qual com uma série de restrições e interdependências. É por isso que mudanças regulatórias buscando resolver um determinado problema frequentemente ocasionam impactos inesperados sobre outros agentes.

Ao longo dos anos o modelo setorial foi sofrendo seguidos “remendos” para solucionar questões pontuais, mas que acabam tendo efeitos colaterais que distorcem os incentivos dos agentes. Por menores que sejam tais distorções, o efeito acumulado dos múltiplos remendos acaba provocando danos severos no longo prazo.

É por isso que torna-se necessário repensar o mercado de energia elétrica como um todo, buscando restabelecer sua coerência interna a fim de definir uma nova arquitetura que possa lidar melhor com os riscos intrínsecos à atividade.

Com essa visão, a EDF, a EDP e a Energisa decidiram investir em um projeto de pesquisa e desenvolvimento para repensar a arquitetura de mercado do setor elétrico. Iniciado há cerca de um ano, o projeto “Arquitetura de mercado para a comercialização de energia elétrica no Brasil: análise, simulações e propostas” busca aprimorar a coordenação entre os agentes para otimizar a expansão e a operação do sistema elétrico. Como o nome já diz, o foco do projeto é como melhorar o funcionamento do mercado de energia elétrica por meio do aprimoramento dos mecanismos de mercado utilizados.

O projeto está sendo executado por pesquisadores do Instituto Acende Brasil em parceria com diversos profissionais do setor e professores de renomadas universidades.

Na mesma linha, recentemente surgiu a discussão, em vários fóruns do setor, sobre a possibilidade de se promover uma chamada da Aneel para realização de projeto de pesquisa e desenvolvimento estratégico para avaliar eventuais aperfeiçoamentos do atual modelo setorial. É mais um sinal de que se trata de uma questão muito ampla e de suma relevância para o setor elétrico brasileiro. Está na hora de tratá-lo com profundidade.

A atual crise traz à tona a necessidade de uma reflexão sistêmica do modelo setorial a fim de torná-lo mais robusto coeso, previsível e estável.

***Claudio J. D. Sales e Richard Lee Hochstetler são do Instituto Acende Brasil
(www.acendebrasil.com.br)***